

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1 Contratação da Prestação de Serviços de Controle de Acesso de Pessoas, incluindo a locação de catracas, com fornecimento de equipamentos, software para Controle de Acesso e serviços gerais (instalação, configuração, adaptação, integração, treinamento, operação assistida e manutenção) para a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Tendo em vista o papel preponderante da PGE-RJ no que tange às funções jurídicas e consultivas do Governo do Estado do Rio de Janeiro e demais interessados, entende-se como de suma importância que o acesso às dependências desta seja constantemente monitorado, garantindo assim a segurança dos servidores e demais frequentadores da PGE-RJ.

3. DA DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

3.1 O serviço de Controle de Acesso de Pessoas a ser contratado compreende:

3.1.1 Equipamentos tais como: catracas eletrônicas com leitores biométricos e de proximidade atrelados, cadastradores biométricos e leitores de mesa de cartões de proximidade;

3.1.2 Software; e

3.1.3 Serviços Gerais que contemplam a instalação, configuração, adaptação, integração, treinamento, operação assistida e manutenção dos equipamentos.

3.2 O serviço englobará o acesso de pessoas devidamente identificadas ao Edifício-Sede da PGE-RJ, com utilização de catracas com barreiras físicas, além do registro dos usuários de forma que os dados informados permitam o controle do acesso e a formação de uma base de dados.

3.2.1 O acesso com utilização das catracas será feito por meio de identificação biométrica de pessoas previamente cadastradas e, quando esta não for possível, por meio dos cartões de acesso *smart card/mifare*, já existentes em número considerável no Edifício-Sede. Os visitantes serão individualmente cadastrados na recepção do Edifício-Sede e seu acesso ao edifício será feito somente por meio de cartão de acesso *smart card /mifare*, que será devolvido à urna das catracas para a liberação da saída.

3.2.2 O cadastro dos usuários, cujo acesso será efetuado pelas catracas (via leitura biométrica), será realizado:

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

- a) pelos Servidores da Gerência de Recursos Humanos da PGE, no caso do cadastro dos servidores da PGE-RJ e bolsistas da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência);
- b) por cada Gerência responsável pela Fiscalização de Contratos com empresas prestadoras de serviços com mão-de-obra residente na PGE, no caso do cadastro dos profissionais terceirizados; e
- c) pelo Centro de Estudos Jurídicos, no caso dos residentes jurídicos e estagiários da PGE-RJ.

3.3 A instalação do Sistema de Controle de Acesso correrá por conta da Contratada, incluindo qualquer infraestrutura, plataforma de fixação, softwares complementares, aquisição de licenças de sistemas operacionais e/ou acesso a bases de dados em caso de expansão do sistema.

3.4 A arquitetura do sistema deverá contemplar o aspecto dinâmico da centralização de decisão necessária ao processo, garantindo a segurança de operação com o uso de inteligência distribuída nas catracas, coletores e leitoras, que manterão a operação na rede e/ou nos equipamentos:

3.4.1 A Contratada deverá garantir que todos os itens ofertados em sua proposta possuam interoperabilidade, ou seja, funcionem de forma integrada garantindo todas as funcionalidades descritas nesta Especificação Técnica e seus Anexos.

3.5 Os processos de controle e restrição de acesso deverão ser desenvolvidos para operarem de forma *on-line* em tempo real, ou seja, no exato momento de seu acontecimento e todas as informações devem convergir para o banco de dados Microsoft Sql Server (em sua última versão).

3.6 O software e os demais dispositivos a serem instalados deverão ser compatíveis com a virtualização (Vmware ou Hyper-V da Microsoft) existentes na PGE-RJ.

3.7 Não será permitida a subcontratação de serviços.

3.8 Os equipamentos e insumos de sua propriedade que estiverem nas dependências da PGE são de responsabilidade da Contratada.

3.9 A PGE se isenta de qualquer indenização por dano ou perda em face da ocorrência de qualquer sinistro em suas dependências.

4. DOS PRAZOS E DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

4.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data constante do Memorando de Início da Execução dos Serviços, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4.1.1 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

4.2 A instalação das catracas deverá ocorrer quando não houver expediente, que poderá ser durante um final de semana, e/ou feriado e/ou ponto facultativo, de modo a garantir que a circulação diária de pessoas na entrada da PGE não sofra embaraços:

4.2.1 A instalação será previamente agendada junto à Fiscalização do Contrato, oportunidade em que serão apresentados os moldes definidos para a sua execução;

4.2.2 É de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos necessários para a plena utilização das catracas, como estabilizadores e transformadores de voltagem;

4.2.3 Qualquer intervenção civil no local destinado às catracas é de responsabilidade da Contratada e está condicionada a submissão para aprovação prévia de documento à Fiscalização do Contrato, detalhando a intervenção;

4.2.4 Os equipamentos deverão ser instalados de forma independente, possibilitando que eventual necessidade de manutenção em qualquer das catracas, não implique em paralização do funcionamento das demais.

4.3 No caso dos cadastradores de digitais e dos leitores de mesa de cartões de proximidade, a instalação ocorrerá por conta da Contratada e será realizada em horário comercial previamente agendado junto à Fiscalização do Contrato.

5. DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DETALHADAS PARA OS EQUIPAMENTOS E OS SERVIÇOS

5.1 O serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá contemplar, no mínimo:

	Descrição Resumida dos Componentes	Quantidade
1	Catracas “tipo pedestal” com três hastes, bidirecional, em aço inox, com cofre coletor e amortecedor de giro, atreladas a leitor biométrico e leitor de proximidade adequado aos cartões <i>smart card/mifare</i> .	4
2	Portinhola de metal, de liberação manual pela equipe de segurança patrimonial	1



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

3	Cadastrador Biométrico de Digitais	10
4	Leitor de Mesa de Cartão de Proximidade	4
5	Software de Acesso e demais componentes necessários ao seu funcionamento	1
6	Manutenção	Vide item 5.9

5.2 Os equipamentos disponibilizados para esta PGE com fundamento na contratação da prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência deverão ser novos e de última versão de fabricação:

5.3 Na hipótese de algum equipamento ter sua fabricação ou venda descontinuada durante a vigência do contrato e/ou não existindo mais peças de substituição para a manutenção, o mesmo deverá ser substituído por uma versão mais recente, sem que a Contratante seja responsável por quaisquer custos ou perda qualquer operacionalidade do sistema.

5.4 A tecnologia de identificação biométrica utilizada na prestação do serviço deverá atender aos padrões internacionalmente estabelecidos pela *ANSI/NIST – ITL-1 – 2000* ou superior.

5.5 DAS CATRACAS:

5.5.1 As catracas eletrônicas serão instaladas em um espaço de 5,23 m de comprimento, no qual, além das catracas eletrônicas, deverá estar instalada a portinhola de metal, devendo a distância entre cada uma das catracas levar em consideração o espaço padrão necessário para a circulação de pessoa:

5.5.1.1 Atualmente, a PGE conta com uma portinhola de metal já instalada e em pleno funcionamento no Edifício-Sede, ficando facultada à empresa a seu aproveitamento;

5.5.1.2 Tendo em vista as características estruturais do ambiente, será necessária a utilização de plataformas de fixação em inox, dotadas de espessura de chapa suficiente para garantir que não haja interferência no funcionamento das catracas em virtude de trepidação com a passagem dos usuários;

5.5.1.3 Caberá à Contratada remover o conjunto de catracas, incluindo a plataforma e a portinhola anexa atualmente instaladas no local, antes de promover a instalação do Sistema.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.5.2 As catracas eletrônicas deverão possuir um terminal de display de cristal líquido de, aproximadamente, 2x20 linhas (duas linhas de vinte caracteres cada), que permita ao usuário, no momento da passagem, visualizar seu nome e matrícula ou CPF, a data e o horário da passagem, além de algumas restrições da validação do acesso gerenciadas pelo Sistema que poderão ser aplicadas pela Contratada:

5.5.2.1 A identificação das pessoas, seja por meio da leitura biométrica, seja por meio do uso do cartão de acesso, deve ser automática e com um tempo máximo de resposta do Sistema de Controle de Acesso de até 3 (três) segundos.

5.5.3 Também deverá haver a sinalização visual nos gabinetes por meio de pictogramas, com indicação da permissão ou o bloqueio de passagem;

5.5.4 O cofre coletor de cartões das catracas deve permitir a liberação automática de passagem quando um cartão for inserido dentro do mesmo;

5.5.5 A capacidade de armazenamento da memória interna, em modo “batch” (autônoma, sem rede), deverá ser de pelo menos 40.000 (quarenta mil) registros, devendo as marcações de acesso e invalidações ser registradas e transferidas com velocidade e igual segurança quando do funcionamento normal (em rede);

5.5.6 É necessário que as catracas eletrônicas possuam um circuito de proteção tipo “*watch-dog*”, isto é, que possibilitem o retorno da comunicação automaticamente em caso de interrupção;

5.5.7 A alimentação elétrica das catracas eletrônicas será na tensão de 115 V a 131 V, e deverão ser capazes de suportar variações de 0 a 40°C de temperatura;

5.5.8 Os braços das catracas deverão ter um dispositivo que permita que os mesmos sejam abaixados em caso de emergência, falta de energia ou falta de rede na PGE:

5.5.8.1 Tanto o perfil de Gestor do software, quanto os perfis de Cadastradores, que estiverem atuando no sistema por meio dos computadores da PGE já instalados no balcão de atendimento da portaria principal da PGE, devem ter a possibilidade de acionamento *online* mediante ícone de fácil acesso.

5.6 DAS LEITORAS BIOMÉTRICAS:

5.6.1. As leitoras biométricas instaladas nas catracas eletrônicas deverão permitir a operação em dois tipos de comparação:

a) As leitoras operarão com os tipos de comparação 1:1 e 1: N;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

b) Para os usuários já cadastrados no Sistema de Acesso por meio de Identificação Biométrica, o sistema salvará as imagens coletadas na leitora biométrica, remetendo-as então para validação de identidade do tipo 1:1, a partir da qual será comandada ou não a liberação da Catraca Eletrônica.

5.7 DO CADASTRADOR BIOMÉTRICO E LEITOR DE CARTÃO DE PROXIMIDADE:

5.7.1 Os cadastradores biométricos serão ópticos no modo 1:N e devem seguir as seguintes características mínimas:

- a) Sensor óptico com tecnologia tipo SCRATCH FREE;
- b) Área de detecção aproximadamente 15mm x 18mm;
- c) Resolução de imagem de no mínimo 500 dpi;
- d) Tamanho de imagem gerada mínima de aproximadamente 260 x 340 pixels;
- e) Compatível com comunicação USB, com velocidade mínima de conexão de 2.0;
- f) Com carenagem para uso em mesa;
- g) Contraste: compatível com as especificações ANSI/NIST;
- h) Compatível com o Sistema de Acesso utilizado na PGE-RJ.

5.7.2 Os Leitores de Cartão de Proximidade devem seguir as seguintes características mínimas:

- a) Frequência de 125khz e 13,56Mhz;
- b) Deve possuir indicador áudio visual, durante a leitura do cartão deve acender um led e emitir um aviso sonoro;
- c) Deve possuir interface USB;
- d) Deve efetuar a leitura do cartão tipo *smartcard/mifare*;
- e) Deve permitir a leitura do cartão no formato decimal ou hexadecimal.

5.8 DO SOFTWARE DE ACESSO E O BANCO DE DADOS:

5.8.1 O software de Sistema de Acesso, ao ser acessado, deverá possibilitar a realização de consultas, relatórios, configurações, modificações, transferências de dados, liberações e tudo mais que seja necessário ao funcionamento do mesmo, por meio de login e senha, garantindo assim a integridade do sistema;

5.8.2 O software deverá permitir um número ilimitado de conexões simultâneas;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.8.3 A interface do Sistema de Acesso deve ser intuitiva e amigável, com ótima navegabilidade e apresentação, contando, ainda, com ambientes de ajuda, informando sobre o funcionamento específico de cada tela, de maneira que estas possam ser acessadas através da barra de navegação principal;

5.8.3.1 A interface da aplicação web deverá obedecer aos padrões W3C a fim de garantir a acessibilidade ao Sistema de Acesso;

5.8.4 Os registros de entrada e saída deverão ser passíveis de tratamento pelo próprio software da Contratada e poderão ser guardados em forma de relatório;

5.8.5 O software deverá emitir relatórios de acesso com customização do período requisitado conforme necessidade dos gestores, com as seguintes informações e possibilidades de busca:

- a) Nome Completo – Em letras maiúsculas, objetivando a padronização;
- b) Identificador – Pode ser o número da Identidade Funcional, no caso dos servidores, ou o CPF, para os prestadores de serviço e demais usuários a serem cadastrados;
- c) Situação Funcional – Indicação de nome e tipo de cargo público ocupado na PGE-RJ.
- d) Lotação (para os servidores) - Setor da PGE-RJ ao qual pertence o servidor;
- e) Empresa Prestadora de Serviço (para os prestadores) – Empresa responsável pelo indivíduo a ser cadastrado;
- f) No caso de visitantes - Servidor que liberou o acesso;
- g) Data e Hora da Movimentação;
- h) Tipo de Movimentação (se entrada ou saída);
- i) Equipamento/catraca utilizado para a movimentação;
- j) Período de liberação de acesso – Cadastro Temporário, *vide* item 5.7.9 abaixo.

5.8.6 A inclusão de outros dados poderá ser objeto de definição pelas equipes técnicas da Contratante e da Contratada.

5.8.7 O cadastramento e controle da entrada de visitantes deverão ser ativados em computador localizado na recepção do edifício-sede da PGE-RJ.

5.8.8 O controle se dará de forma física, em tempo real, permitindo ou não a passagem de determinado indivíduo, de acordo com as informações contidas no banco de dados de acesso:

5.8.8.1 Além da atuação automática dos dispositivos de acesso, o sistema permitirá ações manuais de liberação ou bloqueio, comandadas pelo vigilante ou operador de segurança, com resposta imediata do sistema.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.8.9 Também deverá haver a opção pelo “Cadastro Temporário”, isto é, determinada pessoa somente será autorizada a acessar o Edifício-Sede da PGE por meio das catracas eletrônicas por um tempo determinado, a ser delimitado no momento do seu cadastro:

5.8.9.1 As opções a serem conferidas serão: liberação de acesso para um dia, uma semana, um mês, um ano ou indefinidamente;

5.8.9.2 A função referente a informação do Cadastro Temporário será provida pelo Cadastrador obrigatoriamente, sob pena da ação de cadastramento não ser finalizada.

5.8.10 O monitoramento informa ao operador todas as ocorrências dos equipamentos e tentativas de acesso negadas pelo sistema, bem como a presença de alarmes de outros dispositivos de segurança agregados à rede de equipamentos;

5.8.11 Toda a movimentação de pessoal, visitantes, tentativas de acesso, ocorrências de alarmes e comandos manuais devem ser registrados para análises, consultas e emissão de relatórios;

5.8.12 O Sistema de Acesso deve permitir a criação de perfis de acesso, com limitações de acordo com a função exercida pelo Servidor na PGE, e deverá ser delimitado com as seguintes características mínimas para cada perfil:

a) **O perfil Cadastramento:** a ser conferido aos responsáveis pelo cadastramento biométrico de servidores e prestadores de serviço, além dos responsáveis pela segurança no acesso ao Edifício-Sede, sem nenhuma prerrogativa de alteração dos dados, podendo apenas consultar e imprimir relatórios e que deverão ter acesso limitado somente às suas próprias informações de entrada e saída das dependências da PGE;

b) **O perfil Gestão Setorizada:** a ser conferido aos responsáveis por um determinado grupo de indivíduos cadastrados, esse perfil será configurado para permitir cadastramento, alteração e consulta tão somente daqueles pertencentes ao grupo/setor, e terá ainda as prerrogativas de: realizar buscas no sistema pelas seguintes categorias (no mínimo): i) por nome individual; ii) por Especializada; iii) por Procurador do Estado e/ou por outros Servidores; iv) por Empresa Prestadora de Serviço; v) por Estagiários; vi) por Residentes; vii) por FIAS; viii) por visitantes; ix) por período.;

c) **O perfil Configuração Geral:** a ser conferido ao Fiscal do Contrato, bem como aos agentes designados pela Gerência de Tecnologia da Informação para fins de criação dos grupos e subgrupos, além da designação dos outros perfis a quem de direito.

5.7.12.1 As categorias irão respeitar a setorização do perfil, tão somente permitindo a consulta aos dados caso haja liberação para tanto.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.8.13 Qualquer modificação realizada nos dados do sistema deve permitir a identificação do usuário responsável pela ação;

5.8.14 O sistema deve estar baseado em uma solução de software que permita um gerenciamento integrado, por meio de rede corporativa LAN (1000 base) e funcionamento em rede interligada a um servidor de banco de dados/aplicação:

5.8.14.1 Qualquer usuário poderá acessar suas informações, de acordo com seu perfil, da mesma forma que os gestores do sistema de qualquer estação de trabalho que esteja conectada à rede.

5.8.15 A base de dados do software deverá receber e fornecer informações em padrão aberto, compatível com futuros sistemas da área, incluindo uma carga inicial da base de dados dos colaboradores, e possibilidade de expansão posterior ou instalação em outros servidores de propriedade da PGE-RJ que utilizam o banco de dados Microsoft SQL Server (em sua última versão);

5.8.16 Visando a interoperabilidade futura com os sistemas legados da PGE, o Sistema de Acesso deve possuir, no mínimo, os seguintes atributos:

- a) Padrão de interface OPC (*open process control*);
- b) Importação ou exportação diretamente da base de dados;
- c) Disponibilizar as API (*application program interface*) de interface.

5.8.17 As API ou ferramentas de integração devem ser fornecidas com o código fonte de cada livreria, protocolo ou *codec* utilizado, devidamente documentado, a fim de permitir a PGE-RJ a integração futura com outros sistemas sem necessidade de assistência externa;

5.8.18 O sistema será contemplado, em conformidade com as necessidades da PGE-RJ, com funções automáticas de *backup* e funções de recuperação dos arquivos;

5.8.19 O sistema deverá ter capacidade de arquivar no mínimo por 60 (sessenta) meses os registros de controle de acesso de aproximadamente 10.000 (dez mil) usuários, e também manter uma redundância *online* em servidor separado para ativação automática em caso de manutenção ou falha do servidor principal;

5.8.20 No Plano de Trabalho de implantação do Sistema, a Contratada deverá apresentar, além de outros detalhamentos técnicos, toda a infraestrutura tecnológica necessária para o correto funcionamento do Sistema de Controle de Acesso;

5.8.21 É desejável que a solução atenda aos seguintes requisitos:

5.8.21.1 Possua integração com o AD;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.8.21.2 Que o método de segurança do uso do software não utilize dispositivo do tipo *token*, para que não seja necessário alocar-se um computador exclusivo para essa tecnologia.

5.9 DA MANUTENÇÃO:

5.9.1 Durante a execução contratual, a fim de garantir a continuidade, a efetividade e a expectativa de prazos do processo de implantação e seu posterior funcionamento, a Contratada deverá, como partes integrantes da implantação e do suporte ao Sistema de Acesso da PGE, prover os seguintes tipos de manutenção:

a) *Manutenção Corretiva* – refere-se à necessidade de correção dos problemas detectados decorrentes das operações dos usuários do sistema seja pelo uso indevido do mesmo ou pela realização de transações necessárias ainda não identificadas e imprevistas;

b) *Manutenção Evolutiva* – refere-se à garantia de evolução do software a cada nova versão do Sistema de Acesso desenvolvida, sendo necessário, igualmente, para elevar o nível de segurança e principalmente manter-se atualizado tecnologicamente. Como fonte de atualização do sistema pode-se considerar feedbacks do setor requisitante e dos usuários finais, além de mudanças de legislação da área de Gestão de Pessoas no âmbito Nacional e Estadual;

c) *Manutenção Preventiva* – refere-se à necessidade de antecipação a problemas que possam ocorrer com os dispositivos, especialmente aqueles relacionados efetivamente ao Controle do Acesso ao Edifício-Sede da PGE-RJ quanto à frequência de seus Servidores.

5.9.2 No caso dos Cadastradores de Digitais, na hipótese de problemas de funcionamento, a Contratada deverá substituir o item defeituoso até que o conserto da unidade em funcionamento na PGE-RJ seja realizado;

5.9.3 A manutenção preventiva será realizada mediante programação da Contratada com a Contratante, respeitando os dias e horários de acompanhamento da Fiscalização do contrato, ocorrendo, preferencialmente, durante a semana, horário de 07:00 às 20:00 horas:

5.9.3.1 Caso a manutenção cause embaraço ao acesso e trânsito dos servidores e demais visitantes da PGE, o serviço poderá ser realizado durante finais de semana ou período noturno.

5.9.4 A manutenção corretiva poderá ser solicitada pela Fiscalização da PGE, seja por disfunção ou paralisação parcial ou definitiva nas catracas, nos cadastradores de digitais ou no software de acesso;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.9.5 A Contratada deverá manter telefone ou outro meio de comunicação para o recebimento dos chamados em dias úteis, nos horários de 07h às 20h;

5.9.6 A Contratada deverá atender aos pedidos de manutenção no prazo máximo de 01 (um) dia útil (vinte e quatro horas corridas), contado a partir do registro do chamado;

5.9.7 Após a chegada da Contratada com técnicos especializados ao local do atendimento, o prazo máximo para a solução do problema será de até 08 (oito) horas úteis, salvo outro entendimento mantido com a Fiscalização da PGE, desde que formalmente justificado;

5.9.8 As manutenções serão realizadas por meio de técnico devidamente qualificado, uniformizado e identificado por meio de crachá, fornecendo cópia da ordem de serviço ou relatório descrevendo os serviços realizados, a data, a hora de início e término do reparo ou manutenção, nome e assinatura do técnico.

6. DO TREINAMENTO OPERACIONAL

6.1 A Contratada ficará responsável pelo treinamento operacional dos servidores e prestadores de serviços indicados pela Contratante para a operação dos componentes descritos item 5.1, garantindo que todos possuam o conhecimento necessário à utilização do Sistema de Acesso em sua plenitude:

6.1.1 Havendo qualquer modificação no Sistema de Acesso instalado na PGE-RJ, é de responsabilidade da Contratada a transmissão do conhecimento referente às alterações promovidas, sem implicar quaisquer custos financeiros para a Contratante.

6.2 A Contratada deverá disponibilizar meio de contato a título de *helpdesk*, preferencialmente telefônico, visando a resolução de dúvidas que venham a surgir quanto a utilização dos componentes do Sistema de Acesso durante a vigência da referida contratação.

7. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços serão prestados nas dependências da sede da PGE-RJ, na Rua do Carmo n.º 27, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

8. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 A CONTRATADA, por meio de seu representante legal, se compromete a manter sob o mais rigoroso sigilo todos dados, informações, documentos e especificações que venham a lhe ser

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

confiados ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

8.2 Toda a documentação gerada na prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, com dados sobre a solução da CONTRATANTE, bem como quaisquer outros dados inerentes ao ambiente computacional é de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, e devem ser mantidos em sigilo absoluto.

9. DA ESTIMATIVA DOS CUSTOS

9.1 Para atender à demanda da PGE-RJ, os custos dos serviços a serem prestados pela Contratada deverão ser individualizados por:

- a) Valor individual do serviço de instalação dos equipamentos e softwares necessários à prestação do serviço;
- b) Valor dos serviços de locação dos equipamentos, pago mensalmente; e
- c) Valor da locação de cada cadastrador biométrico, pago mensalmente.

9.2 O pagamento do valor da instalação dos equipamentos e **softwares** necessários à prestação dos serviços será efetivado em **uma única parcela**, em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento desta etapa, conforme item 15 do presente Termo de Referência.

10. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

10.1 Entende-se como fundamental à boa execução do presente a definição de Acordo de Nível de Serviço-ANS, com critérios objetivos e mensuráveis previamente estabelecidos, visando a aferição do desempenho do serviço a ser prestado no que diz respeito à qualidade, desempenho e disponibilidade.

10.2 O ANS (contagem da pontuação) será aplicado MENSALMENTE a partir do segundo mês de exercício do contrato e tem por:

- a) **FINALIDADE:** Garantir que a prestação dos serviços esteja condizente com o contrato;
- b) **INDICADORES:** Funcionamento pleno do Controle de Acesso;
- c) **META A CUMPRIR:** Garantir o funcionamento das catracas eletrônicas durante 100% dos serviços dentro dos prazos estabelecidos;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

d) INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO: Anotações em livro próprio dos chamados efetuados pela Fiscalização para o atendimento emergencial; Fichas de Acompanhamento de Contrato e/ou e-mails, todos emitidos pela Fiscalização do Contrato;

e) FORMA DE ACOMPANHAMENTO E PONTUAÇÃO:

	Item Contratual	Pontuação	Critério
1	Solicitação de manutenção corretiva para duas ou mais catracas eletrônicas ou paralização do software por razões desconhecidas (5.9.6 do T.R.)	3,0 no primeiro dia de atraso de cada chamado e 1,0 nos dias seguintes	Por número de ocasiões em que a Fiscalização do Contrato solicitou a manutenção corretiva devido à paralização ou impedimento ou restrição ao uso de, <u>ao menos, duas catracas</u> ou do <u>software de Controle de Acesso</u> , e a CONTRATADA não chegou à unidade da PGE-RJ no tempo determinado no TR, sem justificativa aceita pelo Fiscal.
2	Solicitação de manutenção corretiva de uma catraca, um cadastrador biométrico ou um leitor de mesa de cartões de proximidade (5.9.7 do T.R.)	2,0 no primeiro dia de atraso de cada chamado e 0,5 nos dias seguintes	Por número de ocasiões em que a Fiscalização do Contrato solicitou a manutenção corretiva devido à paralização ou impedimento ou restrição ao uso de <u>uma catraca, um cadastrador biométrico ou um leitor de mesa de cartões de proximidade</u> a CONTRATADA não chegou à unidade da PGE-RJ no tempo determinado no TR, sem justificativa aceita pelo Fiscal.
3	Solução do problema de Manutenção corretivo (5.9.7 do T.R.)	0,5 por cada hora de atraso	Por número de vezes em que a CONTRATADA não conseguiu resolver os problemas do sistema ou das catracas no prazo determinado em até 8 (oito) horas, por cada solicitação da Fiscalização, no prazo previsto no TR.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

f) PERIODICIDADE: Mensal.

g) INÍCIO DA MEDIÇÃO: O ANS terá aplicação inicial (contagem da pontuação) no segundo mês de exercício do contrato.

h) MECANISMO DE CÁLCULO: Somatório dos pontos obtidos nas infrações, POR EQUIPAMENTO e POR FATO.

i) FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

1ª faixa: A partir de 4,0 pontos = recebimento de 97% do valor da fatura de serviços;

2ª faixa: De 5,5 a 7 pontos = recebimento de 94% do valor da fatura de serviços;

3ª faixa: De 7,0 a 10 pontos = recebimento de 92% do valor da fatura de serviços;

4ª faixa: > que 10 pontos = obrigatoriedade da Fiscalização do contrato solicitar penalidade contratual

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

11.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

11.3 Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços.

11.4 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.5 Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

11.6 Documentar e notificar, por escrito, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

11.7 Não permitir que pessoas estranhas à Contratada examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto.

11.8 Observar e pôr em prática as recomendações técnicas feitas pela Contratada relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança dos equipamentos, quando julgar pertinente ou oportuno.

11.9 Vetar ou solicitar a imediata retirada, pela Contratada, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, de qualquer equipamento, por desempenho incompatível com o objeto do contrato.

11.10 Aplicar o Acordo de Nível de Serviços/ANS, mensalmente, mediante formulário anexo, iniciando a contagem no segundo mês de início de contratos.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

12.2 Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços ou início da vigência contratual, preposto(s) para representar administrativamente a empresa sempre que necessário.

12.3 O(s) preposto(s) ainda deverão ser estar habilitados a responder pela Contratada a qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, bem como solucionar qualquer problema relacionado com a sua execução, qualidade e quantidade dos materiais.

12.4 O(s) preposto(s) deverão ser identificados junto à Fiscalização do Contrato que fará constar no Livro de Ocorrências do contrato nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, além do número de telefone, devendo ocorrer comunicação imediata à Fiscalização do Contrato de qualquer alteração.

12.5 O preposto deverá, juntamente com o servidor designado para esse fim, assinar o “Termo de Abertura do Livro de Ocorrências”, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a vigência contratual.

12.6 Manter o rol de equipamentos instalados em perfeito estado de funcionamento.

12.7 Acatar as exigências da Fiscalização da PGE-RJ quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados.

12.8 Manter atualizado o(s) número(s) de telefone (fixo ou celular) para contatos ou abertura de chamados.

12.9 Responder por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ, ou de terceiros, ainda que omissão involuntária, devendo ser adotadas as providências necessárias ao ressarcimento.

12.10 Responsabilizar-se pela destinação/descarte de peças, componentes e equipamentos que forem substituídos, incluindo o transporte.

12.11 Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

12.12 Retirar os equipamentos e insumos utilizados nos serviços em, no máximo, 02 (dois) dias úteis após o término da Contratação, salvo outro entendimento da Fiscalização.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****13. DA GARANTIA CONTRATUAL**

13.1 Exigir-se-á da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do Contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, no montante de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato:

13.1.1 Caso a garantia prestada possua prazo de validade, este deverá ser estendido e superior em 90 (noventa) dias ao prazo estipulado no Contrato;

13.1.2 Após execução satisfatória do Contrato e, findo o prazo de 90 (noventa) dias do seu encerramento, a garantia será restituída.

13.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

13.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, mantendo o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.4 Nos casos em que valores de multas eventualmente aplicadas venham a ser descontados da garantia, seu valor original deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

14.2 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

14.3 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

14.4 A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

14.4.1 Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

14.4.2 Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as normas técnicas ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

14.4.3 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

14.4.4 Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato;

14.4.5 Relatar à Contratada, para análise de possível substituição, os casos em que qualquer de seus empregados embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos;

14.4.6 Examinar a documentação dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

14.4.7 Aplicar o Acordo de Nível de Serviços/ANS.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira atualmente contratada pelo Estado do Rio de Janeiro – atualmente o Banco Bradesco S/A –, cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a assinatura do Contrato:

15.1.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, ou caso verificada pelo Órgão Gestor a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

15.2 A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento para a **Gerência de Bens e Serviços da Diretoria Geral da Procuradoria Geral do Estado**:

15.2.1 A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

15.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrega

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

da fatura isenta de erros, que deverá acontecer ao final do período de adimplemento de cada parcela (mês):

15.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega e instalação (quando houver) do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s);

15.3.2 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

15.4 Os pagamentos devidos à Contratada não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

15.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

15.6 O faturamento mensal da contratação do serviço será composto pela soma do valor fixo mensal (relativo ao preço da locação dos equipamentos - catracas e cadastradores de digitais) necessários a prestação do serviço, aplicando-se, ainda, possíveis descontos oriundos do Acordo de Nível de Serviço.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório;

16.1.1 A multa administrativa prevista no inciso II do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas, e poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade, não possuindo caráter compensatório e o seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

16.1.2 Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****17. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIAS**

17.1 É facultado aos interessados vistoriar as dependências da PGE/RJ, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação dos serviços, objeto desta contratação.

17.2 A opção pela vistoria constitui direito e ônus do interessado, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação.

17.3 Se, facultativamente, o interessado resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da contratação, caso seja contratado, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

17.4 O agendamento para a realização da vistoria poderá ser feito com a Assessoria de Serviços da PGE, por meio dos telefones (21) 2332-7272, no horário de 10hrs às 12hrs e 14hrs às 17hrs.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 Antes de apresentar a proposta à Contratada deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

18.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO 1 – ANS (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO)**PLANILHA DE CONTROLE DOS ITENS PONTUADOS E SOMATÓRIO DE DESCONTO:**

MÊS DE REFERÊNCIA/ANO	ITEM CONTRATUAL	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	PONTUAÇÃO
Junho/2018	1	Ligação solicitando manutenção CORRETIVA de uma catraca em 04 de Junho de 2018 demorando 3 (três) dias úteis para atendimento, sem justificativa aceita pelo Fiscal	3,0
	2	Manutenção corretiva de 07 de Junho de 2018 resolvida em 9 (nove) horas, sem justificativa aceita pelo Fiscal	1,0
Total Exemplo de Cálculo			4 pontos (recebimento de 97 % da fatura)

DATA DO ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO DO ANS PARA A CONTRATADA, APÓS A APURAÇÃO:

Dia: 02, mês 07, ano 2018	Pessoalmente, por meio de representante da CONTRATADA
----------------------------------	--

OBSERVAÇÕES:

- a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;
- b) Mensalmente, após o último dia do mês, a Fiscalização do Contrato da PGE/RJ deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Serviço, comunicando à CONTRATADA sobre o resultado da apuração até o segundo dia útil do mês subsequente;
- c) O Setor Financeiro da PGE receberá da Comissão de Fiscalização o ANS preenchido junto com a Nota Fiscal do mês.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____

Assinatura e Carimbo – Fiscal do Contrato 1_____
Assinatura e Carimbo – Fiscal do Contrato 2